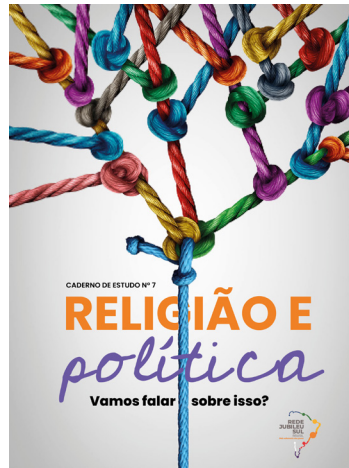




CADERNO DE ESTUDO Nº 7

RELIGIÃO E *política*

Vamos falar sobre isso?



Jubileu Sul Brasil

www.jubileusul.org.br

secretaria@jubileusul.org.br

Redação: Nancy Cardoso

Colaboração: Rosilene Wansetto, Sandra Quintela e Paulo Victor Melo

Coordenação de Comunicação: Jucelene Rocha

Assistente de Comunicação: Flaviana Serafim

Projeto gráfico e diagramação: Mateus Leal

Apoiadores: Cofod, DKA, União Europeia

Realização:



Apoio:



Cofinanciado pela
União Europeia

O conteúdo desta publicação é de responsabilidade exclusiva da Rede Jubileu Sul Brasil e Rede Jubileu Sul/Américas. Não representa necessariamente o ponto de vista das financiadoras DKA e CAFOD e da cofinanciadora União Europeia.

Sumário

| | | |
|-----------|--|-----------|
| | APRESENTAÇÃO..... | 04 |
| 1 | “Religião e política não se discute”?..... | 05 |
| 2 | Religião e política: da cruz & espada ao fundamentalismo religioso..... | 11 |
| 3 | A religião é muita coisa ao mesmo tempo há tanto tempo..... | 18 |
| | 3.1 A Jurema | 18 |
| | 3.2 A revolta dos Malês..... | 20 |
| | 3.3 Jacobina, a revolta dos Muckers | 22 |
| | 3.4 Canudos, a religião do Belo Monte..... | 23 |
| 4 | Nunca fomos modernos: dizer o que do “Estado laico”?..... | 25 |
| 5 | Religião e política: conceitos fundamentais..... | 29 |
| 6 | Laicidade do Estado e liberdade religiosa..... | 31 |
| 7 | Orientação religiosa, esfera pública e direitos humanos..... | 33 |
| 8 | Religião como graça e gravidade na política..... | 38 |
| 9 | O capitalismo é um parasita no cristianismo..... | 43 |
| 10 | Compromisso com os pobres da terra..... | 47 |
| | 10.1 Tecelagem é como a vida e o tear está vivo..... | 47 |
| | 10.2 Descobrir o fio, a urdidura e a trama..... | 52 |
| | 10.3 Fazer parte da teia..... | 53 |

APRESENTAÇÃO


Motivar uma reflexão responsável e independente sobre a religião e sua relação com a política, torna-se cada vez mais importante na atual conjuntura brasileira. São pastores, pastoras, padres, reverendos, reverendas, membros dos poderes constituídos e muitas outras figuras públicas envolvidas “juntas e misturadas” nessa seara complexa da vida cotidiana.

Quem promete o paraíso nos templos e igrejas, às vezes são os mesmos que estão nas comissões estaduais e federal de Direitos Humanos impedindo o avanço da garantia de direitos principalmente para a população empobrecida. Contradições explícitas!

Este caderno de estudos da Rede Jubileu Sul quer contribuir com o debate necessário sobre a relação cada vez mais próxima entre a religião e a política. Em 2019 realizamos o seminário “Conjuntura Nacional: Como anda a luta de classes no Brasil e na América Latina?”. Ao construir sua pauta, vimos que seria necessário incluir o tema. Convidamos a teóloga Nancy Cardoso e a antropóloga Jacqueline Moraes Teixeira para contribuir nesta reflexão. A partir da sistematização dessa mesa, com a contribuição do jornalista Paulo Victor Melo, Nancy Cardoso deu a roupagem final para o texto que ficou matutando ao longo desse tempo e que ganha importância singular com o atual cenário político no Brasil.

O texto apresenta conceitos fundamentais para a reflexão sobre religião e política, bem como coloca em questão a máxima “religião e política não se discute”. Laicidade do Estado e liberdade religiosa; fundamentalis-





mo religioso; orientação religiosa, esfera pública e direitos humanos; religião como graça e gravidade na política; são temas que integram o caminho proposto por esta reflexão. A abordagem faz ainda uma retomada histórica e crítica a respeito dos movimentos de resistência e revoltas de populações dominadas no Brasil: Revolta dos Malês, Canudos, Jurema e Revolta dos Muckers.

O texto é também uma injeção de ânimo que aponta para o esperar presente nas teias que são tecidas nas expressões da luta e da fé dos povos da terra, das águas e das florestas, experiências com potencial para nos ajudar a re-imaginar e re-significar a resistência a toda e qualquer forma de fundamentalismo, fortalecendo as lutas articuladas, ecumênicas e plurais, afirmando nossa confiança no povo, no poder inventivo e transformador de suas organizações. Vamos juntas e juntos fortalecer essa reflexão?

Boa e frutuosa leitura!



#1

Religião e política não se discute?

Quem nunca ouviu ou mesmo disse que “religião e política não se discute”? De algum modo queríamos nos proteger de confrontamentos desnecessários e manter um ambiente sem confrontos.

Mas como não discutir religião e política num país em que o atual Governo Federal tem como slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”? Como não discutir religião e política num país em que a bancada católica autodeclarada da Câmara dos Deputados é de 53%¹, a evangélica representa 21%², números maiores que o de presença de mulheres deputadas (15%)³? Vale lembrar que as mulheres são mais de 51,8%⁴ da população brasileira.

Como não discutir religião e política num país em que a bancada evangélica a partir de 2019 consolidou 195 deputados federais do total de 513⁵ e oito senadores do total de 81⁶, dos quais 93 professam a fé evangélica⁷?



A Frente Parlamentar Católica conta com 207 deputados e nove senadores, dos quais 140 se declaram vinculados ao catolicismo⁸. De todos os parlamentares no Congresso, apenas 17,8% são negros⁹. Não podemos esquecer que mais de 56% da população brasileira se identifica como negra.

Como não discutir religião e política se os parlamentares da bancada evangélica são de 18 denominações religiosas cristãs? Bom ressaltar também que há uma presença significativa de procuradores e juízes do Poder Judiciário identificados com a fé cristã, que fazem uso até mesmo de versículos da Bíblia em sentenças ou palestrando em igrejas sobre investigações em curso¹⁰.

Como não discutir religião e política quando 273¹¹ parlamentares se declaram católicos romanos e apenas duas igrejas — Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus — somam 50 parlamentares?

Como não discutir religião e política se sabemos que no pleito municipal de 2020, as candidaturas de pessoas identificadas com igrejas e práticas religiosas cresceram 26% em comparação a 2016¹²?

Como não discutir religião quando o Governo Federal perdoa as dívidas das igrejas que se articulam para conseguir também — como a bancada evangélica — benefícios tributários e indicação ao Supremo Tribunal Federal¹³? No Brasil a imunidade a impostos faz com que nem

Na Câmara dos Deputados, a partir da autodeclaração, verifica-se o tamanho das bancadas.

53%

BANCADA CATÓLICA



21%

BANCADA EVANGÉLICA

União, nem estados e municípios, possam cobrar de centros religiosos qualquer tributo que seja classificado como imposto e que tenha incidência sobre o patrimônio, renda ou serviços dos centros religiosos¹⁴.

Por essas e por outras é que:

“(...) exatamente ao não discutir esses dois assuntos fundamentais do cotidiano que sacerdotes e políticos ou sacerdotes-políticos ganham liberdade para fazerem o que quiserem da vida alheia”¹⁵.

Mas é a religião que modifica a política ou a política que modifica a religião? Porque na história do Brasil a religião teve e continua tendo uma influência tão grande? Quando muitos diziam que Deus estava morto e a religião iria desaparecer... o Brasil — como muitas outras regiões do mundo — diz exatamente o contrário: a religião está viva e é um dos modos de expressão de identidade e de interesses na complexa sociedade brasileira.

É preciso conversar sobre religião porque 50% dos brasileiros se dizem católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha¹⁶. Pesquisa também aponta que mulheres representam 58% dos evangélicos e são 51% entre os católicos.

A religião tem uma presença antiga, profunda e plural em nossa sociedade, em constante tráfego de influência e ajuste de tendências vinculadas aos meios de comunicação, às regras do mercado. A religião é uma das linguagens de interpretação da difícil mobilidade social no país. O movimento e a variação no campo religioso representam e dramatizam a impossibilidade das mudanças reais e de representação política: o palco religioso refaz as formas de representação, cria espaços de participação, de expressão e liderança.

COMO NÃO DISCUTIR RELIGIÃO E POLÍTICA SE OS PARLAMENTARES DA BANCADA EVANGÉLICA SÃO DE 18 DENOMINAÇÕES RELIGIOSAS CRISTÃS?



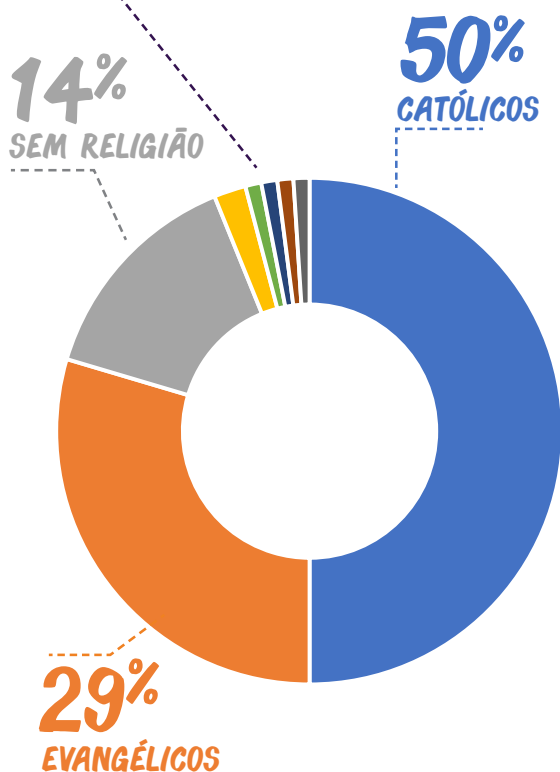
2% Espíritas

1% Umbandistas

1% Praticantes do candomblé

1% Ateus

2% Outras religiões



Três em cada 10 brasileiros (29%), com 16 anos ou mais, atualmente são evangélicos; o segmento católico continua sendo o maior, mas em decréscimo (50%); ainda há 14% sem religião, 2% de espíritas, kardecistas e espiritualistas, 1% de umbandistas, 1% de praticantes do candomblé, 1% de ateus e 2% de outras religiões¹⁷.

Para além dos números, as religiões se mantêm e se reinventam na cultura brasileira, mantendo mais um trânsito do que uma identidade. Revelam uma importância transversal que sustenta a inacabada realização de povo brasileiro numa hibridização que expressa as violências estruturais na história do país, o fracasso da inclusão da modernidade e a manutenção dos dogmas da desigualdade social.

“Por isso é que se carece de religião: para desendoidecer, desdoidar. Reza é que sara da loucura. No geral. Isso é que é a salvação-da-alma... Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue”¹⁸.



Como expressão da hegemonia de poder das elites sempre cristãs na história do Brasil, a presença da religião é tão forte e grave na política que esmaga e destrói, expropria, alimenta o ódio, o patriarcado, o machismo e o racismo. O campo das religiões é hoje marcado por disputas e mudanças rápidas. Num país como o Brasil, que teve que superar no final do século XX uma visão de si mesmo como país cristão católico e assumir a polifonia religiosa para além dos modos de controle das Igrejas, esta tarefa é importante porque ainda está em andamento e o campo religioso se complexificou em termos culturais e políticos.

Por isso, falar da religião e suas relações com a política nos dias de hoje é tão necessário, seja no espaço da política, no espaço das ideias, no espaço dos comportamentos. Religião e política devem ser discutidas, sim. E é esse o objetivo do material aqui apresentado.

**MAS É A RELIGIÃO QUE MODIFICA A POLÍTICA OU A
POLÍTICA QUE MODIFICA A RELIGIÃO? PORQUE NA
HISTÓRIA DO BRASIL A RELIGIÃO TEVE E CONTINUA
TENENDO UMA INFLUÊNCIA TÃO GRANDE?**

#2

Religião e política: da cruz & espada ao fundamentalismo religioso

“Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo.

Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará. Nunca fomos catequizados. Fizemos foi o Carnaval. O índio vestido de senador do Império”¹⁹.

Nossa história revela usos políticos da religião cristã: catequizar os índios nunca foi expressão de conversão religiosa ou convencimento dialogado, mas sim de assimilação forçada, conversão à civilização imposta. Também ao longo da história os usos religiosos das políticas criaram marcas persistentes.

“Um dos pontos centrais nestas relações de poder entre Igreja e Estado sempre foi o protagonismo quase exclusivo que a Igreja Católica manteve e mantém no campo da assistência social, entendida quase como uma extensão das obras de caridade. Na



história do Brasil, a tradição luso-brasileira da assistência esteve sempre presente nas ações das Irmandades e Ordens Terceiras, ambas de origem medieval, leigas e ligadas, direta ou indiretamente, à Igreja Católica”²⁰.

Não podemos esquecer esta relação entre religião e política no apoio de setores religiosos à Ditadura Militar - a Marcha da Família com Deus:

“Em 1964, o Deus das massas cantado nas ladainhas e nas rezas e novenas era romano, veio com os colonizadores portugueses, participou da criação da nossa sociedade escravocrata, racista e de classes. O Deus do dia 15 de março é iconoclasta, abomina as imagens dos santos inseridos na nossa tradição e cultura”²¹.

Em 2020, 56 anos depois a Marcha se repete: é a mesma das *famílias, deus e pátria*, mas mostra alterações importantes no campo religioso e político brasileiro:

“A história vai se repetir mais de meio século depois? E sempre com a graça de Deus? Em 1964, eram os católicos carolas, cheirando a incenso, brandindo cartazes nos quais se liam ‘família com Deus pela liberdade’. Dia 15, os católicos ficarão no fim do cortejo, substituídos pelos evangélicos”²².

Estas Marchas que se atualizam de tempo em tempo revelam o caráter golpista, misógino e antidemocrático da direita política e seu arsenal religioso. O golpe de 2016 expressa essa revanche religiosa contra a “cultura dos direitos” em dois aspectos.

A MISOGINIA TEM RAÍZES PROFUNDAS NAS SOCIEDADES CRISTÃS-OCIDENTAIS E SE ATUALIZA COMO MECANISMO RESTAURADOR DE RELAÇÕES DE PODER INSTÁVEIS:

Misógino:

Não só porque destituiu uma mulher presidenta, mas também porque acionou aspectos misóginos da cultura: focalizou numa mulher/feminino como representação do mal a ser combatido passando do gracejo ao ódio sem razoáveis explicações; externalizou um ressentimento típico da competitividade masculina e a não aceitação de uma mulher entre os iguais masculinos; na justificação apresentada para o impeachment usou a defesa da família tradicional como afirmação dos papéis sexuais estabelecidos no senso comum da cultura inclusive recorrendo a “Deus” como promotor deste modelo social.

A misoginia tem raízes profundas nas sociedades cristãs-ocidentais e se atualiza como mecanismo restaurador de relações de poder instáveis: o desprezo pelas mulheres é um mecanismo discursivo e disciplinador de ajuste de práticas e vivências que pretendam desestabilizar as estruturas hegemônicas patriarcais e heteronormativas²³. (Butler, 2003)

O avanço de políticas sociais fruto de processos de participação e interessadas na superação das desigualdades sociais da sociedade brasileira tocavam de modo específico nos privilégios de setores das elites nacionais que precisavam dos modos culturais de desigualdade para a manutenção de seus interesses locais e alinhados aos interesses do capitalismo internacional.

A reação das elites econômicas e políticas na forma de golpe se dirigia não só à existência de uma mulher-presidenta, mas também contra o alcance das lutas feministas em geral e da diversidade sexual em particular que se faziam sentir no momento histórico com as conquistas de políticas públicas, visibilidade e inflexão discursiva; estas lutas se mostravam como apropriação



**O DESPREZO PELAS
MULHERES É
UM MECANISMO
DISCURSIVO E
DISCIPLINADOR
DE AJUSTE DE
PRÁTICAS E
VIVÊNCIAS**

da palavra, não só escrita, mas como acontecimento de relações sociais de poder e gênero (e relacionalidades) rompendo como os “domínios exclusivos do homem”. Este é o terreno propício para a misoginia.

“Vejo as ofensivas contra a ‘ideologia de gênero’ como a busca de naturalização de posições – as visões bem situadas e particulares de alguns, no caso de grupos religiosos, apresentadas como se fossem universais. Nesse caso, o recurso à ideia de que existe uma natureza/verdade e uma ideologia/falsidade é o dispositivo central para a universalização de uma posição bem situada²⁴”.

Antidemocrático:

Não deve ser estranho que a aliança entre setores ruralistas, empresariais, policiais, midiáticos escorem na verborragia cristã fundamentalista-integralista como recurso discursivo de defesa de seus interesses.

Este lugar elitista e misógino do cristianismo se mantém na cultura ocidental como parte do metabolismo que normaliza e normatiza as desigualdades sociais. O capitalismo globalizado avança e aprofunda seu poder através das agências de intervenção - guerras, financeirização da economia, extrativismo intensivo da natureza, controle biotecnológico, desestabilização política de áreas de resistência e presença mediática e ideológica maciça. É neste quadro de incessante intervenção e exploração que devemos identificar e reconhecer também as agências do cristianismo como parte dos mecanismos constitutivos da hegemonia do capitalismo ocidental, profundamente antidemocrático.

A relação próxima e o tráfico de influência entre política e religião é uma constante na história do Brasil, neste sentido é importante:

“estabelecer reflexões e comparações entre os distintos períodos históricos, de modo a permitir a compreensão de que a expressiva intervenção atual da religião no sistema político não é um fenômeno recente no Brasil²⁵”.

Somos herdeiras e herdeiros de um projeto de expansão imperial e colonial do século XVI que reforçou estruturas geradoras de desigualdade que ainda hoje, no século XXI, mos-



**NO BRASIL A ORDENAÇÃO
DEMOCRÁTICA É UM
VERNIZ SUPERFICIAL QUE
MUITAS VEZES MAIS
ESCONDE DO QUE REVELA.**

tram-se ativas: capitalismo, racismo e sexismo. São estruturas persistentes que garantem privilégios e estratificação que os ordenamentos políticos ao longo do século XX tocaram de modo insuficiente, parcial e contraditório.

Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, a ordenação democrática é um verniz superficial que muitas vezes mais esconde do que revela, mais ornamenta do que viabiliza a circulação de poder.

A “democracia” muitas vezes significa um padrão de equivalência com sistemas ideais norte-atlânticos, mantendo o sujeito ocidental/europeu como o critério para a avaliação de processos políticos em cenários de pós-colonialidade e/ou neocoloniais. Isto é verdade para todos os processos políticos fora do eixo norte-atlântico. Verdade é também que em nome da “democracia” as potências ocidentais norte-atlânticas interferem e interrompem processos que não se espelham no modelo “original”: a América Latina tem sido palco continuado de intervenções militares e econômicas como correção e ajuste de nossa incapacidade de refletir e sustentar o modelo imposto da democracia liberal.

É preciso reconhecer que nosso projeto de sociedade sempre foi de subalternidade e, as tentativas e alternativas pós-colonial e decolonial, sempre encontraram feroz resistência dos “donos da política” através de golpes e violência contra os modos de organização e participação popular.

A religião jogou e joga papel importante neste cenário. O cristianismo foi e é agência de colonialidade. Fomos mal evangelizados porque evangelizados à força e as relações mantidas de “religião” com o Estado nunca foram reformadas ou alteradas. Foram feitas emendas. Foi usado um verniz de Estado laico. Mas no Brasil, o cristianismo nunca deixou de ser religião do Estado e, por isso mesmo, um dos elementos de reprodução da subalternidade entre nós.

Este olhar crítico — e autocrítico — sobre o cristianismo e suas relações de poder é vital para qualquer tentativa de radicalização da democracia plena. Os agentes das hierarquias não aceitam este processo de crítica, o que consideram uma relativização de suas verdades absolutas. Neste sentido, a grande maioria das expressões cristãs entre nós acredita que democracia demais atrapalha o absoluto da fé e seus privilégios. A disputa pelos espaços políticos de representação revelam esta voracidade das hierarquias em manter seu status, mantendo o modelo de sociedade desigual e violento. A voracidade das bancadas religiosas é aquela de querer ser e ter todo o status que a Igreja Católica Apóstólica Romana sempre teve.


O crescimento dos evangélicos no Brasil ao longo do século XX tem dois aspectos significativos e, mais ao menos, uma contradição:

1

O modelo de desenvolvimento e a expulsão de grandes massas de população rural para a cidade exigiu novas formas de sociabilidade urbana que o catolicismo burocrático hegemônico não tinha como responder; os modos de organização evangélico-pentecostal, mas horizontal e sem excessiva mediação na relação com o sagrado viabilizaram esta sociabilidade que foi sendo desenhada juntamente com os arranjos territoriais urbanos e sua violência e desigualdade;

2

Os muitos golpes políticos e ditaduras durante o século XX sempre contaram com o apoio de segmentos importantes da Igreja Católica, o que vinculou de modo evidente a luta pela democracia e a crítica da intromissão da Igreja nos assuntos políticos; o debate sobre Estado laico no Brasil sempre foi mais anticatólico que antirreligioso, sempre teve influência do debate sobre secularização das sociedades norteamericanas do capitalismo central e suas agências;



“Entendemos que a movimentação do campo político e religioso pelos evangélicos introduziu um empowerment de diferentes tradições religiosas (embora isso possa parecer contraditório) que, ao invés de negarem o papel da religião no espaço público, passaram a reivindicar um lugar para si a fim de ampliarem a influência de suas denominações e tradições, assim como de suas lideranças e valores, baseados no “discurso dos direitos” e da democracia (demandando um acesso democrático aos bens políticos)²⁶”.

As mudanças aceleradas no campo religioso brasileiro nunca questionaram a pertença e identidade do cristianismo entre nós; novos arranjos políticos e entre as elites nos cenários da luta de classes projetou novas formatações do mesmo cristianismo. Na verdade o que os evangélicos-pentecostais querem é ser e ter acesso ao que a Igreja Católica Apostólica Romana sempre teve: poder. Neste sentido, a discussão sobre religião e política deve problematizar o campo homogêneo da religião como essencialmente e normativamente cristão.

O modo de superar essa herança histórica é radicalizando a democracia, enfrentando todos os mecanismos de desigualdade. O cristianismo vai ter que aprender a ser o que sempre foi: uma religião entre outras. Entre a democracia que temos (tida como universal, mas mantida pela desigualdade e subalternidade) e a democracia que queremos (pluri-versal, que garanta modelos locais de modo de vida e de participação) a religião também precisa respirar a diversidade e a pluriversalidade.

O Brasil se considera um país cristão e cria anexos para as outras religiões sem garantia de direitos iguais, de modo especial as religiões afro-indígenas continuam a ser por um lado criminalizadas e por outro lado tratadas como folclore. O Brasil não é um país cristão e isso faz toda a diferença!

#3

A religião é muita coisa ao mesmo tempo há tanto tempo

Se saímos da pretensa hegemonia cristã no campo religioso os entendimentos da relação religião-política pode mudar. E muito! A religião ou, melhor dizendo, as religiões fizeram parte importante também dos movimentos de resistência e revolta das populações dominadas na história do Brasil. Uma olhada histórica atualizada pode contribuir a recolocar a questão e abrir outros cenários de interpretação.

3.1 A Jurema

A Jurema é remédio, planta, elemento ritual, emplastro, bebida, personagem mítico: tantas possibilidades de uma mesma planta que faz parte do imaginário e do cotidiano de muitos grupos no campo e nas cidades no nordeste brasileiro²⁷. É indígena e é afro. É uma relação com a natureza, com o lugar, com os ancestrais. É religião e é resistência.



“A jurema é uma religião tipicamente encontrada no nordeste brasileiro. Sua presença estende-se entre áreas do sertão e urbanas. É recente o interesse acadêmico sobre o tema, no que diz respeito ao encontro da jurema no espaço urbano, que envolve a confluência de vários outros tipos religiosos, como a umbanda, o catolicismo, o candomblé e o vodum maranhense. Seu nome, de origem tupi, liga-se a espécies de árvores encontradas no sertão. (...) A jurema preta é utilizada na fabricação da bebida que dá nome a esse universo religioso. Sua origem remonta a pajelança e ao toré, ambos regimes religiosos que fundamentam a estrutura indígena do sagrado”²⁸.

Essa insistência dos rituais da Jurema criaram espaços de diálogos entre distintas tradições indígenas e africana e até mesmo com o catolicismo popular. Está presente ainda hoje nas lutas dos territórios afro-indígenas, camponeses e:

(...) contribuiu decisivamente, junto com outros fatores, para a preservação até nossos dias de um certo sentimento étnico em algumas dessas populações que lograram não se dispersar. Práticas essas que, aliás, parecem ter tido um papel importante na resistência à dispersão.²⁹

A Jurema é assim uma antiga conversa do povo negro e indígena que persiste na história brasileira. Um ajuntamento litúrgico feito como resposta à opressão. A mística se faz a partir da luta, vem depois da luta e assim se forma e se transforma na identidade plural dos povos indígenas e negros em contínua transformação. A mística, a espiritualidade do povo e seu possível caminhar teológico vem como resultado da luta pela vida continuar, sua sobrevivência mesmo³⁰.

Nas lutas pelos territórios, hoje no Brasil as mulheres indígenas expressam saberes ancestrais do toré, da Jurema e outros rituais que são vitais para a identidade do grupo, mas também como expressão política de visibilidade.

Ela é mulher guerreira

Não podemos duvidar

Nos dias dos rituais

É a primeira a chegar

No Toré e na Jurema

Ela não pode faltar³¹



3.2 A revolta dos Malês

A Revolta dos Malês ocorreu na cidade de Salvador, em 1835, capital da província da Bahia: foi insurgência contra o sistema escravocrata, mas também, uma reação contra à intolerância religiosa³².

A população da capital baiana era formada predominantemente por negros e negras, escravizados/as ou já libertos/as. Em Salvador, os malês eram assim denominados para diferenciá-los dos outros grupos de escravos. Apesar de não comporem uma etnia única, sendo formados principalmente pelos nagôs e hauçás, os malês eram os escravos adeptos da religião islâmica³³ e pelo fato de já na África estudarem o Alcorão, sabiam ler e escrever em árabe e eram mais preparados para diversas tarefas mais especializadas.

Os malês organizaram uma revolta no final de 1834³⁴, principalmente depois que uma das celebrações islâmicas foi reprimida com violência pelas polícias, com destruição de lugares de ritual e prisão de mestres muçulmanos:

Eles (os Malês) não aceitavam o batismo católico, muito menos desejavam seguir os ritos da Santa Sé. O quadro se agravou quando o governo em Salvador durante a regência trina, 1831 a 1834, proibiu qualquer manifestação religiosa que não fosse católica, e a mesquita do bairro da Vitória, reduto dos muçulmanos da região, foi destruída³⁵.

A data escolhida foi o dia 25 de janeiro, dia da festa de Nossa Senhora da Guia. Era também um dos últimos dias do Ramadã, mês sagrado para os muçulmanos, o que revela a estreita relação entre a luta de libertação e a religião:

Organizados em torno de uma combativa religião multiétnica, os malês se acreditavam preparados para dar início à luta e liderá-la. (...) Mas a vitória final dependeria também sobretudo, da mobilização de forças espirituais. Os malês esperavam combinar o relaxamento do poder senhorial num domingo de festa cristã com o seu próprio fortalecimento espiritual num dia do mês sagrado do Ramadã.³⁶

A religião era elemento vital de identidade, de solidariedade e de afirmação de direitos: a comunidade malê organizou recursos financeiros para a revolta, escreveu materiais de conscientização e de espiritualidade em árabe, organizou a estratégia... mas foram delatados e os planos foram parcialmente prejudicados: obrigados a antecipar os planos conseguem atacar o quartel militar, mas não conseguem ampliar a revolta.

“Duzentos escravos foram levados aos tribunais. Suas condenações variaram entre a pena de morte, os trabalhos forçados, o degredo e os açoites, mas todos foram barbaramente torturados, alguns até a morte. Mais de quinhentos africanos foram expulsos do Brasil e levados de volta à África. Apesar de massacrada, a Revolta dos Malês serviu para demonstrar às autoridades e às elites o potencial de contestação e rebelião que envolvia a manutenção do regime escravocrata, ameaça que esteve sempre presente durante todo o Período Regencial e se estendeu pelo Governo pessoal de D. Pedro II³⁷”.

Também outras expressões de religião africana foram e continuam sendo essenciais para a resistência cultural e política do povo negro no Brasil:

“Os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana constituídos de territórios próprios, incluindo os chamados “terreiros” e “roças”, se caracterizam pelo acolhimento e a vivência em comunidade (cooperativismo), ressignificando aqui no Brasil conhecimentos e valores civilizatórios trazidos de África, tais como a oralidade, a corporeidade, a ancestralidade, a circularidade, a musicalidade, a memória, a energia vital (axé) e a religiosidade³⁸”.



3.3. Jacobina, a Revolta dos Muckers

Entre 1872 e 1876 no Rio Grande do Sul, um grupo de colonos descendentes de alemães, insatisfeitos com o crescente processo de concentração da propriedade da terra e a espoliação dos comerciantes da região, liderados por Jacobina Mentex Maurer³⁹, que se dizia o Cristo feminino, inspirados na Bíblia formam uma comunidade fechada em Sapiranga (RS).]

“...a rebeldia e até seu revolucionarismo deveram-se às modificações estruturais, econômicas e sociais, porque passavam as colônias alemãs depois do término da Guerra do Paraguai, quando transitaram de uma comunidade igualitária para outra assentada na diferenciação de classes⁴⁰”.

Os muckers aboliram a propriedade privada implantando a autogestão econômica. Não circulava dinheiro entre eles e o trabalho era realizado de forma associativa com refeições em comum. Redefiniram as regras do convívio social. Os casamentos foram desfeitos e refeitos sob a bênção de Jacobina, tendo ela mesma trocado de marido sendo acusada na época de defensora do amor livre e contra a família.

Esta experiência provoca uma reação positiva em outras famílias camponesas descontentes que se organizam ao redor de Jacobina (chamada mucker: “beata”) e uma violenta reação da oligarquia gaúcha, que mobiliza tropas do Exército, da Guarda Nacional e grupos civis, num total de 800 homens armados, que praticam um verdadeiro massacre, destruindo a comunidade dos Muckers e matando cerca de 100 pessoas.

Diferente das outras formas de resistência religiosa do catolicismo popular camponês, o movimento dos muckers precisa ser entendido por dentro das trajetórias do campesinato de imigração no Sul do Brasil e sua movimentação por dentro da luta de classes e das relações sociais de gênero que se estabelecem a partir do conflito.

100
PESSOAS MORTAS



3.4. Canudos, a religião do Belo Monte

“As mulheres de Canudos guerreiam com água quente. Os meninos com pedradas fazem voltar muita gente⁴¹”.

Este canto popular repetido pelo Nordeste faz a memória da participação ativa e guerreira das mulheres na revolta de Canudos, a luta das comunidades camponesas da Bahia contra os coronéis e os latifundiários. O descontentamento e a revolta foram sendo organizadas pelas tradições religiosas e camponesas dos pobres do sertão e lideradas por Antônio Conseqeireiro, um dos muitos da tradição dos “homens de Deus” que eram os beatos, os eremitas e os padres missionários, que por sua vida dedicada à religião marcaram e mantiveram viva a fé das populações marginalizadas do interior⁴². Em 1893 ocuparam a fazenda Canudos — que passou a se chamar Belo Monte — e organizaram a partir dali a sua resistência camponesa.

“A organização econômica se realizava por meio do trabalho cooperado, o que foi essencial para a reprodução da comunidade. Todos tinham direito à terra e desenvolviam a produção familiar, garantindo um fundo comum para uma parcela da população, especialmente os velhos e desvalidos, que não tinham como subsistir dignamente⁴³”.

O povo do Belo Monte — ao redor de 12 mil pessoas — foi ferozmente combatido pelo exército brasileiro até 1897 conseguindo impor derrotas importantes aos militares até o cerco final e definitivo.

“Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história resistiu até o esgotamento completo... caiu no dia 5 de outubro de 1896, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados⁴⁴”.

As mulheres do Belo Monte foram participantes ativas de todo o processo de luta e de resistência. Mesmo considerando que os papéis tradicionais da família e da cultura camponesa do sertão baiano continuaram garantindo a liderança masculina, o processo de luta colocou as companheiras em uma situação de igualdade de compromisso e responsabilidade.

“Ato de bravura comum para a época, se pensarmos que 40 anos antes, as mulheres, em Canudos, adentravam com filhos no colo em casas ardendo em chamas da guerra e da destruição, conforme depoimento de Euclides da Cunha⁴⁵”.

Ainda hoje a memória do Belo Monte está presente na capacidade de luta das mulheres camponesas nordestinas. A experiência revolucionária de Canudos contribuiu para a formação de mulheres com capacidade de lideranças política, organização e enfrentamento que marcam até hoje as lutas camponesas no Brasil.

“Eu tenho orgulho de ser filha de Canudos! Tenho orgulho, mesmo! Me sinto feliz com essa palavra: Canudos não se rendeu! Morreram todos, mas não se renderam!”
D. Zefinha⁴⁶.

Estes são exemplos, há muitos outros, de momentos da vida do povo brasileiro em que a religião, também a cristã foi vetor de organização popular, emancipação e afirmação da igualdade em meio a muitas contradições e variáveis de caso para caso.

Não é preciso idealizar as revoltas movidas a religião! O que é importante é reconhecer que a religião desempenha papéis diferentes em diferentes contextos e que a religião com a política não pode ser reduzida a um perfil conservador e elitista: o campo religioso é complexo, cria personagens e enredos diversos e difíceis. Importante também é reconhecer que a relação política-religião não pode ser rotulada a partir das hegemonias institucionais nem avaliada fora das relações sociais de poder. Evitar o dualismo e manter o horizonte de complexidade são importantes para não desprezar um elemento importante da história cultural brasileira e suas contradições:

“Ou bandidos sanguinários e desordeiros ou trabalhadores pacíficos e organizados; ou hereges fanáticos e ignorantes ou fiéis tradicionais e ortodoxos; ou camponeses revolucionários ou sertanejos conservadores: entre estes extremos o leitor dessa vasta literatura oscila entre a ameaça de um grande perigo e a confiança originária da fraqueza do outro, indagando-se perplexo onde estará o maniqueísmo, neles ou em nós? ⁴⁷”.

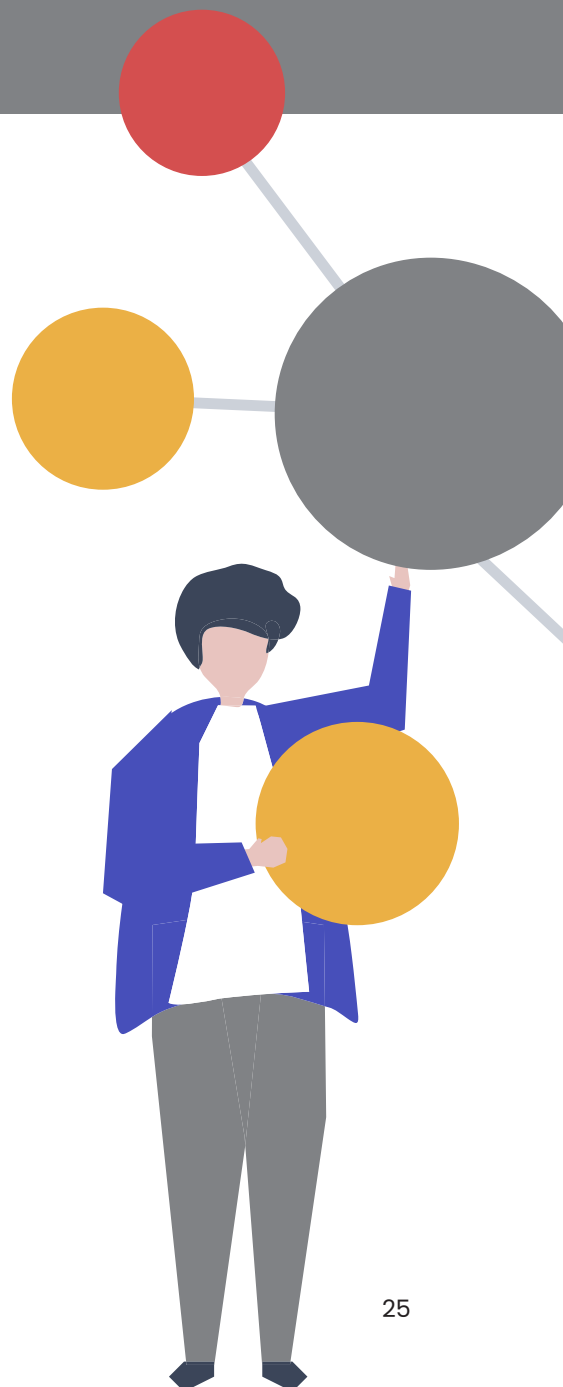
#4

Nunca fomos modernos: dizer o que do “Estado laico”?

No processo histórico de construção da sociedade civil brasileira, os limites do Estado para implementar uma política social e assistencial abrangente o levaram a apoiar-se reiteradamente em acordos com a Igreja Católica.

No rastro dessa “devolução” das funções seculares do Estado para a Igreja, organizou-se no espaço público todo um conjunto de práticas de assistência no campo da saúde que se apropriou do código cristão da “caridade”. Estas funções do Estado moderno — seguridade social, saúde, educação etc. — no Brasil não encontraram uma via de consolidação estrutural e ficaram reféns dos modos de intervenção privada em especial do cristianismo católico e, a partir da metade do século XX, também das variantes cristãs evangélico-pentecostais.

Um dos pontos centrais nestas relações de poder entre Igreja e Estado sempre foi o protagonismo quase exclusivo que a Igreja Católica manteve e mantém no campo da educação e da assistência social, entendida quase como uma extensão das obras de caridade.



Reconhecer este trânsito de poderes e símbolos nas históricas relações Igreja-Estado significa identificar a matriz religiosa cristã e católica na formação das políticas de assistência e seus âmbitos e interfaces⁴⁸ na saúde, na educação, no planejamento e na economia. Mesmo já não mantendo hegemonia de influência nas coisas públicas, os ícones e mecanismos do catolicismo operam ainda de modo eficiente.

A secularização parcial dos âmbitos institucionais (saúde, educação, políticas de assistência, etc.) no Brasil nunca disse respeito à superação da religião cristã, mas significou uma reforma nos protagonismos de assistencialismo e o corporativismo que se expressam como recursos eleitorais e definição de territórios de influência.

No Brasil o que chamamos de *modernidade* reformou os espaços de poder, entre eles o da religião hegemônica sem, contudo, romper com os conteúdos patriarcais e patrimoniais que persistem de modo contraditório no modelo hegemônico do cristianismo ocidental. É preciso reconhecer que a *modernidade* entre nós instaurou mecanismos e processos desiguais, parciais, incompletos e que muitos processos de “direitos” foram e são fruto de um intenso tempo de conflitos, negociações, enfrentamentos e resistências.

O deslocamento do protagonismo católico romano para fora do centro definidor da hegemonia cristã se deve a este processo conflitivo e contraditório: os anéis foram tirados, mas os dedos da interferência religiosa só não pertencem sempre às mesmas mãos.

Neste sentido o que assistimos hoje não é a volta da religião, nem o reencantamento do religioso porque a religião cristã nunca deixou de fazer parte do cenário político brasileiro. Se sempre cultivamos as misturas isto serve também para a relação religião-política?

“E como ficamos “nós”, aqui embaixo, em relação à modernidade? Quem sabe se nos trópicos, onde sempre cultivamos as misturas, muito mais do que as purificações, podemos imaginar uma modernidade que, paradoxalmente, não realize uma ruptura em relação ao passado?⁴⁹”.

Elisa Pankararu no lançamento da campanha *Tire os Fundamentalismos do Caminho! Pela Vida das Mulheres*⁵⁰ afirma que o fundamentalismo religioso esteve presente em todas as épocas da história do Brasil comprometendo a integridade e a igualdade dos povos indígenas:

“Esse fundamentalismo religioso, que tem como base o monoteísmo, quando chega aos nossos territórios traz uma imposição, uma invasão, uma violação às nossas formas harmônicas de viver. Ele atinge diretamente as harmonias dos nossos coletivos, agride e viola os nossos territórios, corpos e espíritos”.

Talvez o estrangulamento democrático que as relações entre política e religião revelam no Brasil expressam mais os modos de reprodução do cristianismo (patriarcal, autoritário e patrimonialista) e suas contradições do que um problema dos “múltiplos e animados modos de existência” que:

“(...) parece(m) apontar (...) para uma nova forma de organização sociopolítica ou um novo modo de produção, como também para uma nova [ou outra] ontologia política, onde o sentido de ‘político’ se estende e se aplica muito além do domínio do ‘humano’. Desafiando as oposições entre natureza e cultura, ciência e política, entre ‘nós’ e ‘eles’⁵¹”.

Na relação política-religião o problema não é só a religião! Na relação Estado-Igreja(s) o problema não está só nas Igrejas! Não é que um Estado virtuoso sofra ataques de hordas confessionais: é mais complexo e preocupante!

É PRECISO RECONHECER QUE A MODERNIDADE ENTRE NÓS INSTAUROU MECANISMOS E PROCESSOS DESIGUAIS, PARCIAIS E INCOMPLETOS.



O Estado como conhecemos, em suas variações na América Latina, não é síntese nem representação de totalidade social muito menos expressão de “múltiplos e animados modos de existência”. No capitalismo periférico de acumulação financeira periférica, o Estado aparece como elemento de disputa, de possibilidade e impossibilidade de hegemonia dos aparelhos privados de hegemonia na perspectiva de legitimação dos interesses da classe dominante.

Estes aparelhos privados de hegemonia burguesa — entre eles as Igrejas — garantem a reciprocidade entre as forças materiais e as forças ideológicas buscando legitimar e obter o consentimento e o apoio dos/as governados/as.

“(…) há uma expansão dos aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil, dentre aparelhos culturais, como escolas, igrejas, mídia. Ou seja, além das práticas coercitivas, as práticas culturais sustentam a hegemonia de classe ao incorporarem os projetos sociopolíticos das classes dominantes⁵²”.

A fragilização da democracia é real. A hegemonia burguesa trava uma sempre atualizada luta contra outros modos de viver e organizar o mundo. As pretensões fundamentalistas do mercado financeiro e das grandes empresas que controlam a economia é de exercer um controle sobre os mecanismos de representação, processos eleitorais, tirar e colocar governos. Os possíveis embates entre religião-política não podem ser enfrentados nos limites deste binário mesmo, mas é preciso fissurar a normatividade pretendida e ampliar para outras formas de fazer política e de outros modos de fé.

**A HEGEMONIA BURGUESA
TRAVA UMA SEMPRE
ATUALIZADA LUTA CONTRA
OUTROS MODOS DE VIVER E
ORGANIZAR O MUNDO**



#5

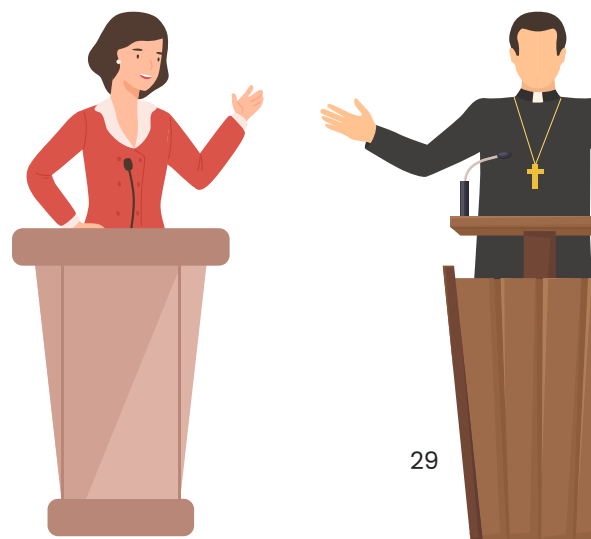
Religião e Política: conceitos fundamentais

No Prólogo do livro *Catolicismo e Montoneros: religião, política e desencanto*, Fortunato Mallimaci diz que a relação entre religião e política, especialmente na América Latina, transcende as diferentes épocas.

“Uma visão a longo prazo nos mostra que na experiência histórica particular da América Latina [...] o ‘político’ e o ‘religioso’ – para além dos esforços de se racionalizar, controlar e rotinizar esses dois espaços – aparecem como ‘modalidades de ação’ onde se sobrepõem crer, sonhar, criar promessas de futuro e, sobretudo, dar sentido⁵³”.

Mas antes de adentrar nas aplicações e implicações da relação entre religião e política, vale inicialmente fazer alguns apontamentos conceituais sobre esses dois campos.

Conforme definição do Dicionário Houaiss, religião significa “culto prestado a uma divindade; crença na existência de um ente supremo como causa, fim ou lei universal”⁵⁴ ou ainda “conjunto de dogmas e práticas próprias de uma confissão religiosa”.



Em termos etimológicos, a versão mais difundida é a que situa religião como originada no latim *re-ligare* (unir ou re-unir), cabendo à religião a função de religar a humanidade ao sagrado, à esfera divina.

Uma versão menos conhecida, porém, afirma que a palavra religião vem do latim *relegere*, ou seja:

“reler, visitar, retomar o que estava largado (...) o ato de reler e interpretar incessantemente os textos de doutrina religiosa ou, quem sabe, como a retomada de uma dimensão (espiritual) da qual a vida terrena tende a afastar os homens⁵⁵”.

Para além dessas ou de outras definições, é preciso compreender que a religião, enquanto experiência das sociedades de contato com o desconhecido e com o eterno é:

“(...) uma necessidade absoluta, nada menos que um componente da existência humana, que o indivíduo sente de comunicar com o infinito; é a fonte daquilo que sustenta o ser humano e de que o homem depende em muitos dos seus aspectos⁵⁶”.

Assim como a expressão religião, a palavra política, do ponto de vista etimológico, tem origem no latim: *politiké* — “*polis*” significa cidade e “*tikós*” se refere àquilo que é público, ou seja, aos bens comuns dos cidadãos e cidadãs.

Alguns pilares que sustentam a noção de política são a resolução de conflitos ou problemas públicos, a tomada de decisões e o exercício do poder.

No livro “O que é política?”, Hannah Arendt, uma filósofa política alemã de origem judaica, ao criticar o totalitarismo como a forma mais extrema de desnaturação da coisa política, visto que suprime por completo a liberdade humana, assinala que a política surge não nos seres humanos, mas entre os seres humanos, nas suas relações cotidianas. Neste sentido é que Arendt constata que “a política baseia-se no fato da pluralidade dos homens” e que “o sentido da política é a liberdade⁵⁷”.

A concepção de Arendt sobre política traz a percepção de que a política está, portanto, em todas as esferas da vida coletiva e não apenas no exercício da representação pública eleitoral: na organização dos moradores de um bairro para reivindicar melhorias no saneamento; na mobilização comunitária para buscar ações governamentais; no estudo para incidência no orçamento dos governos; na atuação das associações de moradores, sindicatos e movimentos sociais; na participação em conselhos e comitês.

#6

Laicidade do Estado e liberdade religiosa

Duas questões fundamentais que se entrelaçam na discussão sobre religião e política são o caráter laico do Estado brasileiro e o direito à liberdade religiosa. Dois artigos da Constituição Federal de 1988 fazem referência direta a esses pontos.

O artigo 5, inciso VI⁵⁸, diz que:

“é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”.

E o artigo 19, inciso I, ressalta que:

“é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios: estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público⁵⁹”.

A combinação desses trechos da Carta Magna evidencia que, por um lado, o direito dos cidadãos e cidadãs de professar a sua fé e praticar a sua religião não pode ser objeto de censura ou perseguição pelo Estado e que, por outro, essa liberdade religiosa deve ser realizada separadamente do Estado, que não pode manifestar-se em favor de uma ou outra religião.

No texto Estado Laico e Direitos Fundamentais, Cássia Ganem conclui que,

“a separação entre Igreja e Estado, característica do Estado laico, não significa incompatibilidade entre um e outro, e nem falta de diálogo entre ambos. A separação exige que o Estado não apoie nenhuma corrente religiosa, mas também não adote uma postura antirreligiosa. Em suma, Estado laico é Estado neutro⁶⁰”.

Vale resgatar, neste sentido, o que afirmou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Marco Aurélio Mello em sua decisão sobre o aborto de fetos anencéfalos:

“os dogmas de fé não podem determinar o conteúdos dos atos estatais (...) as concepções morais religiosas – unânimes, majoritárias ou minoritárias – não podem guiar as decisões de Estado, devendo, portanto, se limitar às esferas privadas⁶¹”.

#7

Orientação religiosa, esfera pública e direitos humanos

O que a história brasileira demonstra, porém, é que em muitos momentos religião e política se imbricam de tal forma que a laicidade do Estado parece estar restrita ao campo da intencionalidade.

No artigo *Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública*, Ricardo Mariano, ao frisar que as relações entre denominações e lideranças religiosas e agentes políticos se desenvolveram em diversos períodos da história do país, diz que a “neutralidade estatal zero em matéria religiosa” que por vezes caracteriza o Brasil deve-se em grande medida ao fato de que,

“a laicidade não constitui propriamente um valor ou princípio nuclear da República brasileira, (...) nem a sociedade brasileira é secularizada como a francesa e a inglesa, por exemplo, o que por si só constitui séria limitação às pretensões mais ambiciosas de laicistas de todos os quadrantes⁶²”.



Neste sentido, importa observar como grupos religiosos — especialmente os que têm representação em instituições do Estado, a exemplo dos citados no início, ou líderes religiosos com presença expressiva em emissoras de televisão — têm atuado na esfera pública em temas como lugar e papel da religião, da laicidade, dos direitos humanos, sociais, sexuais e reprodutivos de determinados segmentos da sociedade.

No período mais recente da política brasileira a discussão sobre duas temáticas é emblemática a respeito disso: o aborto durante as eleições presidenciais de 2010 e o material didático do programa Escola Sem Homofobia, conhecido também, de forma pejorativa, por “kit gay” presente no pleito de 2018.

7.1. O aborto nas eleições 2010

Em relação ao tema do aborto, vale lembrar a posição do pastor Silas Malafaia no pleito de 2010, semanas do primeiro turno, quando a então candidata Marina Silva afirmou a sua pretensão de realizar um plebiscito sobre a questão. Numa carta pública, intitulada “Não voto mais em Marina e digo por que⁶³”, Malafaia, líder da Igreja Assembleia de Deus Vitória em Cristo, a denominação religiosa com mais representantes no Congresso Nacional, disse:

“Pior do que o ímpio é um cristão que dissimula. Eu queria entender como uma pessoa que se diz cristã, membro da Assembleia de Deus, afirma que se for eleita presidente do Brasil vai convocar um plebiscito para que o povo decida se aprova ou não o aborto, ou se aprova ou não o uso da maconha. (...) Ao propor plebiscito, Marina está ‘jogando para a torcida’, para ficar bem com os que são contra e com os que são a favor. SAI DE CIMA DO MURO, MINHA IRMÃ! QUE PLEBISCITO COISA NENHUMA! O povo brasileiro não tem todas as informações necessárias para decidir esta questão de maneira isenta. (...) A palavra de Marina como cristã teria de ser apenas isto: ‘Sou contra o aborto e a legalização da maconha’. Como faltaram convicção e firmeza em suas declarações, uma vez que o cristão tem de ‘mostrar a cara’ posicionando-se de forma categórica contra o pecado, Marina perdeu meu voto. Já que não tenho tantas opções, votarei em Serra para presidente. Infelizmente, Marina não nega suas raízes petistas”.

Dias depois, a então candidata respondeu que,

“(…) quem convoca um plebiscito é o Congresso. E quem aprova as leis também é o Congresso. Eu disse que casos de alta complexidade cultural, moral, social e espiritual como esses, deveriam ser debatidos pela sociedade na forma de plebiscito. Mas eu nunca disse que convocaria um plebiscito⁶⁴”.

Vale lembrar também que durante a mesma eleição, a candidata que saiu vitoriosa, Dilma Rousseff, lançou um documento que ficou conhecido como “Carta aberta ao Povo de Deus⁶⁵”, como uma espécie de “resposta” às diversas manifestações que circulavam na internet e em redes de TV sobre a sua posição no tema do aborto.

Além de expressões como “rogo a Deus que me dê forças para cumprir minha missão” e “peço sua oração e seu voto”, Dilma dedicou um parágrafo ao assunto, em que disse:

“Cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes, tanto para as minorias como para toda sociedade brasileira”.

**CABE AO CONGRESSO
NACIONAL A
FUNÇÃO BÁSICA
DE ENCONTRAR O
PONTO DE EQUILÍBRIO
NAS POSIÇÕES
QUE ENVOLVAM
VALORES ÉTICOS E
FUNDAMENTAIS**



Já no segundo turno das eleições, disputado entre Dilma Rousseff e José Serra, um documento assinado por “homens e mulheres, ministros, ministras, agentes de pastoral, teólogos/as, padres, pastores e pastoras, intelectuais e militantes sociais, membros de diferentes igrejas cristãs” reafirmava o voto na candidata do PT por considerar que informações que circulavam sobre um apoio seu a questões como direito ao aborto ou ao casamento entre pessoas do mesmo sexo não eram verdadeiras.

Abaixo, um trecho do documento, intitulado “Manifesto de cristãos e cristãs evangélicos/as e católicos/as em favor da vida e da vida em abundância⁶⁶”:

“Nestes dias, circulam pela internet, pela imprensa e dentro de algumas de nossas igrejas, manifestações de líderes cristãos que, em nome da fé, pedem ao povo que não vote em Dilma Rousseff sob o pretexto de que ela seria favorável ao aborto, ao casamento gay e a outras medidas tidas como ‘contrárias à moral’. A própria candidata negou a veracidade destas afirmações e, ao contrário, se reuniu com lideranças das Igrejas em um diálogo positivo e aberto. Apesar disso, estes boatos e mentiras continuam sendo espalhados. Diante destas posturas autoritárias e mentirosas, disfarçadas sob o uso da boa moral e da fé, nos sentimos obrigados a atualizar a palavra de Jesus, afirmando, agora, diante de todo o Brasil: ‘se nos calarmos, até as pedras gritarão! (Lc 19, 40)’”.

7.2. O tal “kit gay”

Outro caso representativo da atuação de parlamentares vinculados a grupos religiosos contra temas que envolvem direitos humanos diz respeito à produção de materiais educativos sobre prevenção ao preconceito homofóbico nas escolas.

Iniciado em 2010⁶⁷, logo após o resultado das eleições presidenciais, o assunto é objeto de discussões públicas ainda hoje. Um exemplo foi a entrevista concedida pelo então candidato Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional, quando exibiu o livro “Aparelho sexual e cia.” como parte do suposto “kit gay” durante o pleito eleitoral de 2018.


Mesmo considerando que Bolsonaro não integrou formalmente a bancada evangélica quando deputado federal, a tentativa de suspensão dos materiais contra a homofobia teve articulação direta com a Frente Parlamentar Evangélica.

Em discurso no Plenário da Câmara dos Deputados no final de 2010, o então parlamentar disse que uma Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos que discutiu o tema, e teve a exibição de vídeos do mesmo projeto, havia sido “o maior escândalo” presenciado por ele no Congresso e chamou à responsabilidade justamente a bancada evangélica. A seguir, um trecho da sua manifestação.

“Apelo à bancada religiosa que, no meu entender, ainda não tem conhecimento desse caso, para que tome uma posição em relação aos nossos garotos e às nossas meninas. Pelo amor de Deus, o que foi discutido na Comissão de Direitos Humanos? No tocante ao filme das meninas, foi que a língua de uma menina de 13 anos estava entrando muito na boca de outra menina de 13 anos. A molecada de 7, 9, 10 anos vai ter acesso a isso?⁶⁸”.

Naquele momento, uma das mais importantes assessoras da Frente Parlamentar Evangélica era Damares Alves, que declarou ter fornecido subsídios para a atuação de Bolsonaro neste caso. Damares, que é atualmente ministra justamente do Governo Jair Bolsonaro, afirmou o seguinte:





“... a gente estava questionando, buscando material. Inclusive, quando ele [Bolsonaro] recebeu os e-mails no gabinete dele, foi do movimento evangélico, foi o nosso pessoal ligado aos Pró-Vida evangélicos e católicos que mandaram os e-mails pra ele, porque nós já fazíamos um trabalho... Antes do kit gay, é bom que se diga, a gente já questionava a política de redução de danos na escola; a bancada evangélica tem ação junto ao Ministério Público Federal; nós entramos com ação pra retirar cartilhas das escolas⁶⁹”.

O tema do fundamentalismo religioso está tão presente no atual governo eleito em 2018 que o próprio nome do Ministério dos Direitos Humanos foi modificado para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para atender essa pauta fundamentalista muito presente no governo atual de Jair “Messias” Bolsonaro.

Esses dois exemplos, que dizem respeito aos direitos humanos, são reveladores de como determinados debates na agenda pública brasileira são marcados por uma forte carga religiosa. Para saber mais sobre as discussões em torno do aborto nas eleições de 2010 e do material contra homofobia nas eleições de 2018, recomenda-se a leitura do livro “Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil”, escrito por Christina Vital e Paulo Victor Lopes, editado pela Fundação Heinrich Böll.

Importa a informação que, de acordo com levantamento do Congresso em Foco, os parlamentares evangélicos são fiéis ao Governo Bolsonaro em 89% (deputados) e 91% (senadores) das votações no Congresso.

#8

Religião como graça e gravidade na política

Para compreender as relações entre os rigores da política e as rigorosas antipatias religiosas, tenho o prazer de relembrar o delicioso texto do Alfredo Bosi no livro *Literatura e Resistência*⁷⁰ — Camus na festa do Bom Jesus — a respeito da história “O exílio e o Reino”. A história podia ser contada assim:

Um engenheiro francês foi a Iguape, a fim de coordenar as obras da construção de canal e barragem. Entre a floresta e o mar o engenheiro não tinha como se refugiar em seus cálculos e mapas, quando foi cruzado pela população local e o ‘Bom Jesus de Iguape’; numa caverna os caiçaras dizem que se pode ver na pedra o rosto de Jesus Cristo; a devoção local requer ir até a gruta e pegar um pedaço de pedra e carregá-la com devoção. O milagre é que a rocha sempre se recompõe: é a pedra que brota.

O engenheiro conhece um negro identificado no texto como “cozinheiro” que vai carregar um bloco de 50 quilos na cabeça como forma de agradecimento



por ter sobrevivido a um naufrágio. No dia de festa o negro cozinheiro cumpre sua promessa: pega a enorme pedra e começa seu caminho.

O francês não entende o absurdo da promessa — ele sabe a linguagem da pedra como gravidade nos cálculos de engenharia; acompanha o negro em sua caminhada e observa o corpo que se dobra com o peso absurdo da pedra e da promessa. Ele não entende: o amigo cozinheiro é derrotado pela pedra: cai esmagado pela pedra. Começa de novo e é derrotado de novo pelo peso da pedra. Neste momento entre perplexidade e solidariedade o francês assume a pedra e o peso e carrega a religião do outro até o fim e seus milagres de promessas sem razão.

Alfredo Bosi ressalta: para o negro o milagre o colocou na verticalidade entre a pedra e a divindade, num movimento de suspensão de gravidade e graça; para o francês o milagre consistia no movimento de horizontalidade e solidariedade profunda — não com as crenças do negro, mas com sua dor, com seus motivos e sua paixão. De qualquer forma, o milagre aconteceu. No final o francês recebe o convite: sente-se com o povo! Um sinal de quem sentiu o peso, gravidade e a graça — sem precisar acreditar/descrever/esgotar a racionalidade dos motivos.

A RELIGIÃO É CARNE DAS TROCAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS E SE EXPRESSA COM MAIOR OU MENOR AUTONOMIA DEPENDENDO DO LUGAR DE VIVÊNCIA NO MARCO DA LUTA DE CLASSES.

A religião é pedra, mas pode ser graça ou gravidade. Pode ser peso que massacra, mas pode ser atitude que eleva. As relações entre fé e vida, a graça e a gravidade, religião e política estão presentes na vida de mulheres e homens em perspectivas e profundidades diferentes.

As mulheres que vivem nas periferias de nossas cidades se deslocam até para o centro das cidades para trabalhar como doméstica ou em trabalhos invisíveis, em trabalhos explorados, humilhados, mulheres derrotadas, exploradas no salário, exploradas na dignidade que sentem todo o peso, a gravidade da desigualdade social. Essas mesmas mulheres quando voltam para casa, vão passar numa igreja, elas vão “botar uma pedra na cabeça” ou

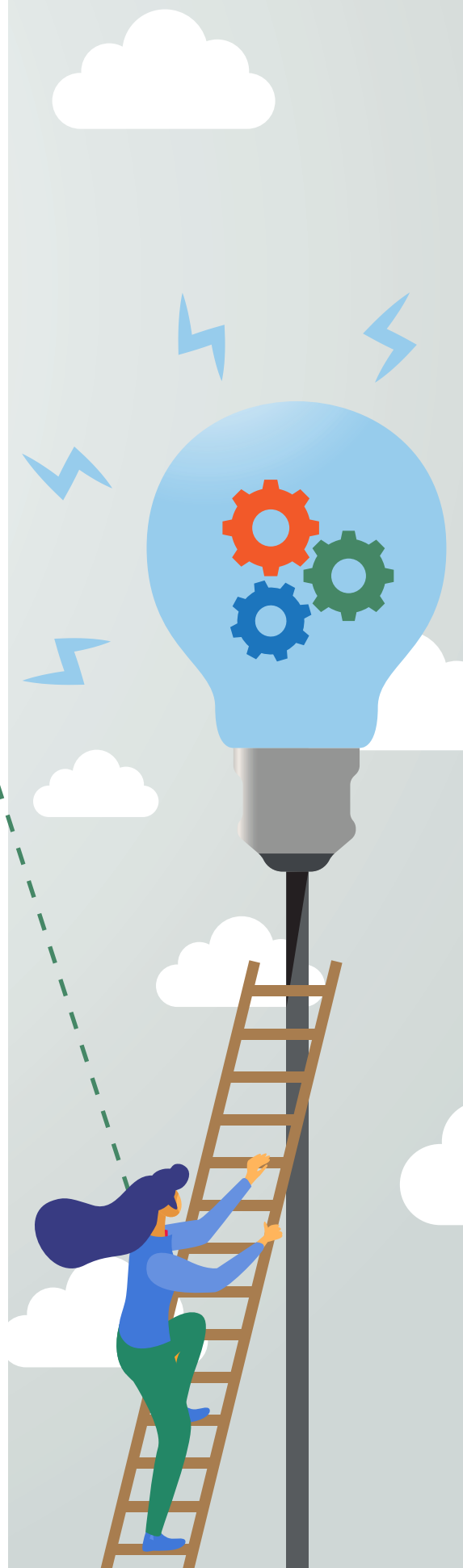
algo parecido, elas vão cantar, elas vão orar e elas vão levantar a mão para o céu em estado de Graça.

Essa pedra que esmaga e leva a um estado de graça, também destrói. Há um desafio que é o caminho metodológico para pensar essa relação entre religião como graça (fé) e gravidade (pedra, a política que esmaga) e os movimentos sociais, para o feminismo classista, pró-movimento antirracista precisamos pensar estrategicamente essa questão da religião na política e a política na religião e como podemos resolver, pois por trás disso há um projeto de sociedade.

Como organizações da sociedade civil, como movimentos sociais precisamos **dar passos na análise crítica, organizativamente, criativamente, na educação** popular para enfrentar esse projeto que usa da graça (da fé) e se imbrica com a gravidade (política) e determinada a vida dos pobres. E temos que pensar como enfrentar essa nova situação aproveitando o aprendizado trazido pela Teologia da Libertação e as críticas do capitalismo como religião, para entendermos o que é a religião de mercado hoje e como o campo religioso é disputado palmo a palmo no campo da política.

Somos um corpo social, um corpo político, um corpo individual e a religião é um buraco entre estas dinâmicas de vida. Estes “buracos” de significado precisam ser preenchidos em nós como graça ou gravidade: pode ser pedra de disciplina e pode ser pedra de recriar o mundo. Sendo assim a religião é carne das trocas políticas e econômicas e se expressa com maior ou menor autonomia dependendo do lugar de vivência no marco da luta de classes.

Precisamos compreender a religião como este espaço de troca e produção de significado e valor nas



relações: vai criar rituais, e vai criar mitos e símbolos que vão significar, que vão dar legitimidade e vão explicar essas trocas, esses fluídos, que podem ser percebidos como lugar de poder ou como lugar de contaminação ou do messianismo. E aí toda religião, qualquer que seja ela, vai criar um significado e produzir valor.

A religião é lugar de produção de valor e do valor nessas trocas desses fluídos corporais, de corpo no corpo social, de corpo do mundo. Então a grande discussão é sexo, comida e saúde, por isso que não é nada estranho que a grande discussão do pânico moral que se abate sobre nós, foi tema nas eleições de 2010 e em 2018, tem forte presença no corpo social e consegue reproduzir suas condições materiais, mas isso tem que se dar também na reprodução simbólica desse acesso.

Em uma sociedade capitalista, que precisa e percebe o potencial dessas trocas e desse lugar de produção de valor, que é a religião (da graça) e como ele vem se dando numa resistência afro-indígena e de uma religião popular libertadora na América Latina, esse lugar da religião como gravidade passa a ser disputado controlado e disciplinado. Porque deixa de ser graça e passa a ser valor, pedra, pois é visto nela o lucro, um valor de acumulação através da graça (da fé) das milhares de pessoas que passam na igreja no final do dia de trabalho e deixam o seu dízimo. Há uma função econômica direta e visível, mas também compõe um quadro mais amplo das relações entre economia e política: qual o lugar da religião nessa equação?



#9

O capitalismo é um parasita no cristianismo

O parasitismo é uma relação ecológica desigual e assimétrica, ou seja, uma interação entre seres vivos na qual uma das partes se beneficia ao conseguir alimento enquanto a outra é prejudicada⁷¹. Considerando um imaginário vegetal, o parasita não faz fotossíntese, processo pelo qual ocorre a conversão da energia solar em energia química para realização da síntese de compostos orgânicos; é um processo fotoquímico que consiste na produção de energia através da luz solar e fixação de carbono proveniente da atmosfera.

O parasita não tem a habilidade de produzir o próprio alimento e a própria energia. Para sobreviver precisa roubar nutrientes e água de outro organismo. Alguns parasitas aperfeiçoaram esse mecanismo: elas não absorvem apenas nutrientes, mas também genes do hospedeiro, justamente para tornar seu roubo mais eficiente⁷².

Considerando o imaginário proposto pelo Fragmento 74 de Walter Benjamin temos três palavras para explicar as relações entre capitalismo e cristianismo europeu:



1

Parasita - O capitalismo desenvolveu-se no Ocidente como um parasita no cristianismo — não apenas no calvinismo, mas também, como deve ser mostrado, nas várias correntes cristãs ortodoxas — de tal maneira que, no final, a história do cristianismo é essencialmente a de seu parasita, o capitalismo.



Conversão - O cristianismo na época da reforma não favoreceu o advento do capitalismo, mas sim se converteu em capitalismo.

2**3**

Extração - ...até que haja extraído do cristianismo elementos míticos suficientes para constituir o seu próprio mito.

No uso do termo “parasita” seria possível entender uma relação ativa do capitalismo e um que de passividade por parte do cristianismo: um sistema econômico hegemônico e contraditório, precisa alimentar-se do metabolismo alheio para seguir se reproduzindo: cristianismo essencialmente capitalismo.

O capitalismo precisa roubar produção de valor mítico, precisa da energia da fé em um poder-maior: a “mão invisível” que organiza o mercado por leis próprias e sem interferência humana (Adam Smith) ou a promessa de um paraíso realizado na terra (Milton Friedman) acessível para todos, só que não! É preciso a fé no crédito, sua metafísica do dinheiro e do valor.

O capitalismo sem “clorofila” — sem pigmentos de absorção de luz — precisa do cristianismo e seus materiais “orgânicos” para produção da energia necessária para sua reprodução e para o ocultamento de sua engrenagem sacrificial. Em Walter Benjamin estes materiais orgânicos seriam os mitos.

“O capitalismo e sua ideologia é visto pela maioria de nós (ocidentais) como algo tão ‘natural’ que é extremamente difícil se fazer uma crítica profunda... É ‘natural’, óbvio, algo que não vale a pena discutir⁷³”.

A outra afirmação Walter Benjamin inverte de certo modo a equação: O cristianismo na época da reforma não favoreceu o advento do capitalismo, mas sim se converteu em capitalismo. Rompendo com a compreensão de Max Weber⁷⁴, Walter Benjamin propõe um deslocamento ou intervenção do cristianismo sobre si mesmo: se converte em capitalismo. Não é que uma nova ética protestante criaria o ambiente propício ao desenvolvimento do capitalismo: o cristianismo não “favorece” o capitalismo, mas se identifica com ele, ou em termos teológicos “se converte” em capitalismo.

O que é importante ressaltar é que Walter Benjamin oferece um imaginário plural: o capitalismo que parasita o cristianismo mas também do cristianismo que se auto converte em capitalismo. Servir a Deus e a Mamom é possível e necessário no cristianismo ocidental norte-atlântico⁷⁵.

A afirmação de que o cristianismo europeu — marcadamente o da Reforma — se converte em capitalismo (e não “ao” capitalismo!) é uma sugestão importante que deveria contribuir para o entendimento do “capitalismo como religião”, ou melhor dizendo, “do cristianismo europeu como capitalismo”, contornos ainda não suficientemente estudados no Fragmento 74 de Walter Benjamin.

Para Benjamin, entretanto, “a modernidade que se deu historicamente representa o reino do mito e não do desencantamento”, segundo Rouanet: “Em vez de despertar o homem de seu sonho mítico, a modernidade capitalista o mergulhou numa nova mitologia”⁷⁶.

Neste sentido, considerando as ambiguidades de um parasitismo consentido e desejado seria melhor nomear o Fragmento 74 de Walter Benjamin de “Capitalismo como Cristianismo” respeitando os contornos mitológicos das trocas entre dois organismos eurocêntricos, coloniais e imperialistas. O Cristianismo e o Capitalismo europeus se re-encantaram e se

apoiaram na aventura de mundialização e dominação gerando uma parceria destrutiva pelo mundo afora e criando as condições autodestrutivas dos horrores das guerras, do fascismo e da barbárie na Europa mesmo.

Então o capitalismo se faz parasita no cristianismo e passa a explorar essa fotossíntese, essa produção de significado que acontece dentro desse sistema orgânico. Mas chega um momento que já está tão parasitado que já não tem mais autonomia o ser orgânico e agora é dominado por esse parasita. Essa relação entre o parasita e o organismo, a religião e a política, não acontece de forma tão mecânica, mas eu acho que é uma imagem interessante para buscar entender a relação anterior de graça e gravidade.

E neste mesmo contexto que as bancadas são formadas. Os fundamentalistas criam, aprovam leis, derrubam direitos humanos, botam fogo na Amazônia, não é só a religião, bancada religiosa, mas é um processo de conjunção dos lugares de produção de significado, a fé (graça) e de valor (a pedra, o capitalismo) que precisam da religião como um dos seus elementos.

Vale ressaltar que todas as estratégias de empreendedorismo de prosperidade funciona dentro de uma lógica da religião (gravidade, como pedra) e dentro do marco da luta de classes com uma função muito importante, uma função que sempre teve de servir ao lucro e ao capitalismo, não para libertar da servidão. E aqui vem bem marcada o papel e o objetivo do neoliberalismo e do capitalismo, a religião prega gravidade e graça, ou seja, empreendedorismo e doação para parar de doer à alma, o corpo, o ser individual.

Deste modo a religião cumpre para a política uma função estratégica de conciliação de classes. É isso que temos vivido nestas últimas décadas, e agora ainda de modo mais explícito, com a chegada ao poder do projeto fundamentalista com profundo desejo de aprovação de leis, desmonte dos direitos humanos, o famoso “passa boiada”. Deus, pátria e família expressa a junção desse movimento conservador atuando no Brasil, e a direita conservadora do país legitimou todo esse processo.

Esse discurso ganha força nos meios populares, na criação dessa nova territorialidade, dessas novas identidades, as pessoas gostam da sensação de que alguém venha de cima para completar os buracos da alma; nas igrejas as pessoas tão produzindo valores para seus buracos existenciais, ao mesmo tempo para alcançar a prosperidade passam a negociar por dentro das igrejas, buscando a ação do Espírito Santo de Deus, acessando os milagres que a realidade política e econômica negam.

#10

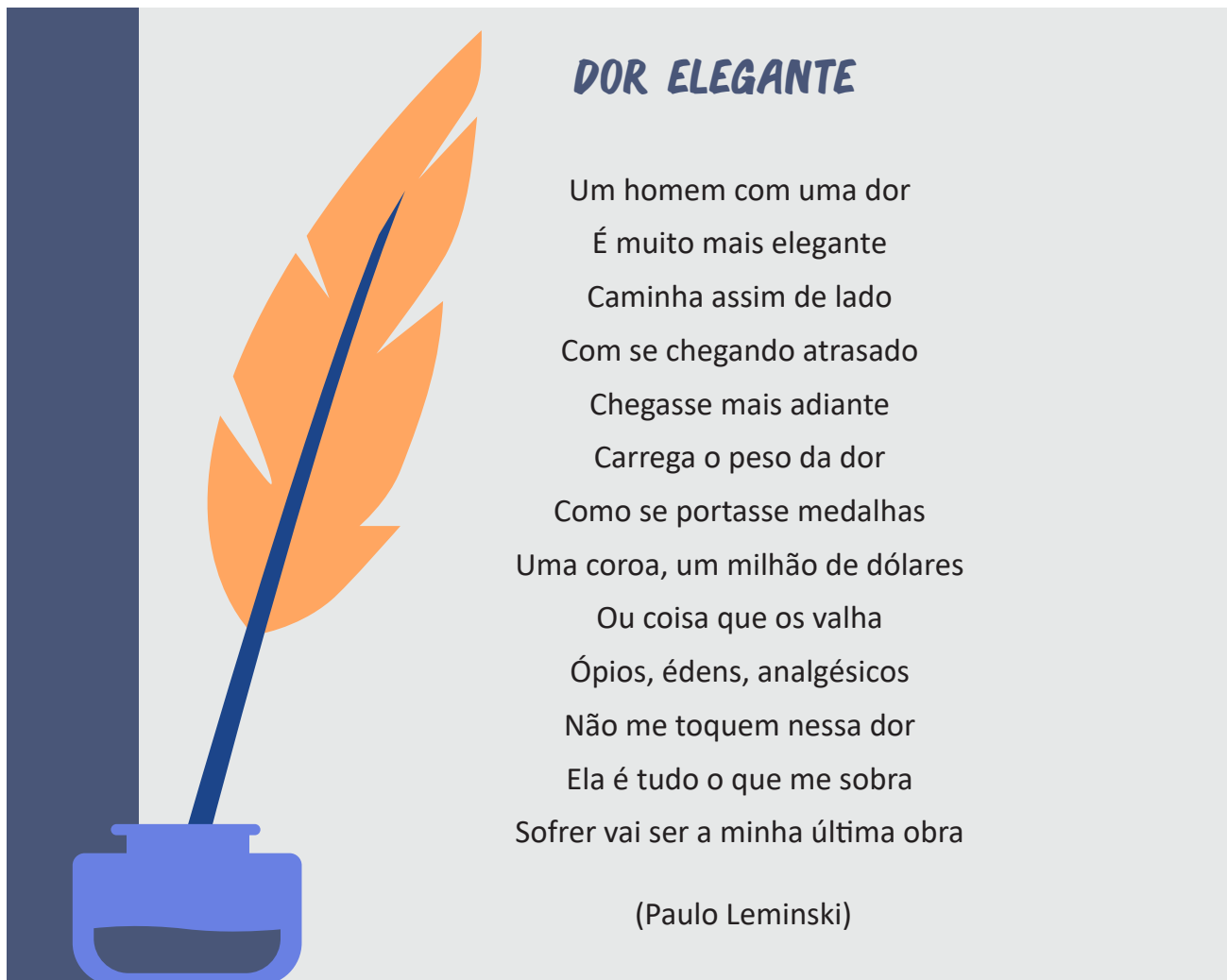
Compromisso com os pobres da terra

As mudanças que temos que fazer não faremos com as vanguardas iluminadas. Esta é uma tarefa que o povo, as maiorias devem assumir. Se continuarmos sendo setores que representam outros setores, as coisas não mudarão. É preciso se aproximar das pessoas, comprometer-se na base. Sem isso, as mudanças não acontecerão. Haverá mudanças superficiais, e muito facilmente as contradições sociais vão absorvê-las e tudo continuará igual.

Temos que reforçar a fé transformadora fortalecida hoje na terra, no território, e que nos provoca a sair desse local de anestesia para transcender para a ação, fé que gera vida, que transforma e que gera sujeitos na ação. Temos que ter muita fé, fé no que você quiser, fé na humanidade, fé na luta de classes, fé na revolução, mas vamos ter que ter muita fé, temos que acreditar que é possível acabar com a pobreza, com o genocídio instalado pelo atual governo Bolsonaro, acabar com a relação predatória e com o parasita do capitalismo e com o próprio capitalismo, fé nas populações, nas suas lutas identitárias, territoriais, fé na ancestralidade.



A religião cumpre um papel nas sociedades burguesas e nas periferias: “aguentar”, “suportar”. Há uma poesia que diz que são três os remédios da dor: ópio, paraíso e analgésicos.



A religião é isso: para poder escapar, para dizer da utopia, ou porque está doendo, e quando dói, quero algo que cure. A religião e os rituais têm este papel. Tudo isso, que tem uma função cultural e antropológica fundamental, está manipulado e controlado por setores do patriarcado e dos fundamentalismos. Vamos ter que ser capazes de reconhecer “a elegância da dor” e capazes de andar com o povo pobre que “caminha assim de lado”.

A espiritualidade é expressão da alma: ópio, paraíso e analgésicos. O ópio e o paraíso têm a ver com o sentimento de prazer que se tem com a vida, consigo mesma, de viver e gozar a vida, mas também de estabelecer relações humanizadoras e prazerosas. E é analgésico se pode ser processo de cura pessoal e coletiva, na expressão e na solidariedade com as dores.

**AS MUDANÇAS QUE TEMOS QUE FAZER NÃO FAREMOS
COM AS VANGUARDAS ILUMINADAS. ESTA É UMA TAREFA
QUE O POVO, AS MAIORIAS DEVEM ASSUMIR**

Num texto sobre metodologia para o trabalho de base, Clodovis Boff faz duas afirmações plenas de espiritualidade e estratégia, traçando uma linha difícil e necessária para os compromissos com as lutas populares:

“É preferível errar com o povo que acertar sem ele.”

“É melhor dar um passo com mil do que dar mil passos com um⁷⁷”.

Uma das expressões políticas e plenas de mística no Brasil hoje são as organizações das Teias dos Territórios. São expressões da luta e da fé do povo da terra, da água e da floresta, mas podem nos ajudar e re-imaginar o campo da política e religião: fazer dos tecidos das lutas articuladas, radicalmente ecumênicas e plurais, nossa aprendizagem do método, mas também do amor e confiança no povo e suas organizações.

“A Teia dos Povos, uma articulação e unidade dos povos, movimentos sociais do campo e da cidade, que se propõe a promover ações e estratégias para o fortalecimento da agroecologia, contrapondo o sistema convencional de produção, que devasta os recursos naturais e ataca os povos e comunidades. A Teia dos Povos busca fortalecer a aliança e solidariedade entre os diversos e plurais povos e movimentos do campo e da cidade, na luta pela terra, território, socialismo e soberania para alcançar os caminhos do bem viver⁷⁸”.

EIS AQUI ALGUMAS TEIAS PELO BRASIL AFORA!

A Teia dos Povos da Bahia se apresenta assim:

“A Teia dos Povos foi criada a partir dos diálogos contínuos da I Jornada de Agroecologia da Bahia, realizada em 2012 e tem o papel de traçar a agenda de ações anuais que auxiliam no desenvolvimento, empoderamento e emancipação das comunidades integradoras. Participam segmentos como acampamentos, assentamentos, quilombolas, indígenas, mestres e lideranças de tradição oral, pequenos produtores, estudantes, pesquisadores e profissionais em Agroecologia⁷⁹”.

A Teia dos Povos do Maranhão assim se diz:

“A Teia de Povos e Comunidades Tradicionais do Maranhão é uma articulação entre indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, quebradeiras de coco, sertanejos e geraizeiros em busca do Bem Viver para todos e todas.

A aliança entre os Povos e Comunidades Tradicionais tem raízes profundas. Somos filhos e filhas da terra. Ao longo dos séculos resistimos ao escondimento imposto pelo invasor, guardamos em nossas cabaças sementes de esperança e, de mãos dadas, insurgimos na construção do Bem Viver⁸⁰”.

A Teia no Tocantins diz de si mesma:

“Nós, famílias camponesas e remanescentes de quilombo, unidos na Articulação Camponesa de Luta pela Terra e Defesa dos Territórios do Tocantins, que representa comu-



dual de mulheres acompanhadas pela CPT/MT, nos dias 19, 20 e 21 de julho de 2019, no assentamento 17 de Março, no município de Juscimeira, nos reunimos para refletir sobre nossas lutas e organização que abre novos caminhos. (...) Anunciamos e afirmamos que seguiremos em marcha até que todas sejamos livres, que insistiremos com nossa organização na defesa de vida digna para todos e todas⁸⁴”.

Festa Estadual das Sementes da Paixão

“A Festa, que acontece a cada dois anos, é uma iniciativa da Articulação do Semiárido Paraibano (ASA Paraíba), uma rede de organizações não governamentais, sindicatos e associações de promoção da agricultura familiar agroecológica (...) e outros nove estados do semiárido: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. “Sementes da Paixão” é o termo pelo qual ficaram conhecidas na Paraíba as sementes nativas, ou crioulas, adaptadas às condições climáticas e ambientais locais (...) O nome veio da “paixão” que agricultores tem pela sua semente⁸⁵”.

Teia dos Povos do Ceará

“Neste sentido, nós povos do campo e da cidade, organizados em diferentes movimentos sociais, propomos a união de nossas forças, saberes e modos de fazer, na construção da Teia dos Povos do Ceará. Articulação pluricultural, pautada no respeito à diversidade dos povos, na defesa da autodemarcação e regularização fundiária dos territórios tradicionais, na luta pela moradia adequada e na agroecologia; respeitando as lutas identitárias da cidade e do campo; construindo políticas públicas afirmativas de educação contextualizada; combatendo e denunciando o racismo ambiental que recai fortemente em territórios de maioria negra e indígena⁸⁶”.

10.1 Tecelagem é como a vida e o tear está vivo⁸⁷

Os poderes nos querem isolados

A negação da terra e dos direitos às maiorias pobres no Brasil e em especial aos grupos das favelas, de camponeses, indígenas e de populações tradicionais deixam os povos sem alternativas de vida. As relações com o Estado e as políticas são burocráticas e não articulam o bem viver nos territórios. Cada povo e cada movimento é levado a traçar sua estratégia e se vincular às exigências de modo isolado na relação de “beneficiários” de políticas. Assim os movimentos ficam subordinados a instrumentos, instituições, e/ou indivíduos externos. Esta pressão cria a divisão das lutas, projeta hierarquias que promovem a separação entre o pensar e o fazer, entre o dirigir e o ser dirigido, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual⁸⁸, cada um por si inviabiliza o coletivo e a força dos povos e seus territórios.

Por isso cantamos:

Deus chama a gente pra um momento novo

De caminhar junto com o Seu povo

É hora de transformar o que não dá mais

Sozinho, isolado, ninguém é capaz.

Por isso vem entra na roda com a gente também

Você é muito importante!

(Zé Vicente)

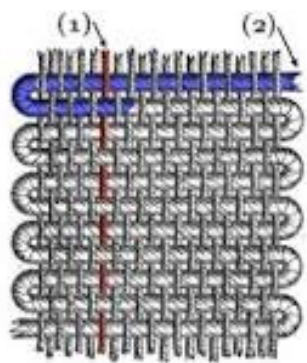




**A RELIGIÃO
CUMPRE UM
PAPEL NAS
SOCIEDADES
BURGUESAS E
NAS PERIFERIAS:
"AGUENTAR",
"SUPPORTAR".**

10.2 Descobrir o fio, a urdidura e a trama

Na experiência das Teias dos Povos um novo tecido social é tramado, mas é preciso articular com arte e sabedoria o fio, a trama e a urdidura.



A tecelagem consiste basicamente em entrelaçar de maneira ordenada dois conjuntos de fios, a trama e a urdidura, formando o tecido. A urdidura é o conjunto de fios, colocados em primeiro lugar, paralelos uns aos outros, no sentido do comprimento do tear. A trama é o segundo conjunto de fios, que é passado no sentido transversal.

É o que cada povo traz. Sua originalidade, sua história e ancestralidade. Uma relação única com a terra, um fio de história com a textura da cultura, as cores dos saberes sabidos.

A urdidura são os fios dos povos colocados lado a lado, simultâneos e paralelos. Do mesmo tamanho desenham o formato do que se quer ser. Cada um tem seu lugar, cada qual tem seu valor, ninguém desaparece. A urdidura é o reconhecimento dos iguais-diferentes, a precisão de uns e outros. É a disposição de querer ser tecido, se deixar tecer. É fio que não se move, as motivações da luta, a solidariedade radical.

A trama é fazer percorrer o fio que corre por cima e por baixo num vaivém, chamado naveta na tecelagem artesanal, sempre entre os fios do conjunto de fios de urdidura para formar assim a tela, o tecido. A luta comum é o fio que trama os fios dispostos na urdidura e vai dando corpo, e criando com arte e saber uma estrutura, uma organização, um povo de povos. Teia dos povos.

10.3 Fazer parte da teia

A tecelagem é uma arte sagrada. Feita de fios em teares ou feito riscos nos corpos de festa e de luta. Combinação de cores e criação de padrões que explicam o mundo, organizam os significados da pele social, os vestidos de representar quem somos e de onde viemos. Tecer é sabedoria antiga e persistente. Os panos e o artesanato das mulheres dos povos tradicionais: toalhas de prato, sacolas, fuxicos, colchas de retalho, bordados, tricô, crochê. As redes das lutas populares convivem e aprendem com estes trabalhos manuais, combinação de materiais para enfeitar o quintal, vestir o santo, arrumar a mesa, fazer caber o pão na cesta tecida de palha de mãos antigas, bandeirinhas ao vento. Todos estes materiais presentes em nossas orações e místicas, festas e romarias são exercícios de tecelagem.

As bandeiras, as marchas, os cantos e as ladainhas são fios que o povo tem e oferece à urdidura e à trama de ir se fazendo povo. As Teias dos Povos são urdiduras necessárias que a luta comum pela terra e o território trama. Luta e festa! Reza e grito. Nós podemos seguir aprendendo a ser espaço de tear porque o fios, a urdidura e a trama são do povo mesmo.

*Que não me falte linha para remendar a vida,
mas, sobretudo, que não me falte cores para bordá-la.*

(Edna Frigato)



Títulos dessa coleção



Caderno de Estudo 1

Ilegitimidade da dívida pública. Quem deve a quem? Alternativas desde o Sul
Volume I



Caderno de Estudo 2

Ilegitimidade da dívida pública. Quem deve a quem? Alternativas desde o Sul
Volume II



Caderno de Estudo 3

Modelo de desenvolvimento e o projeto popular para o Brasil



Caderno de Estudo 4

A dívida pública hoje. Quem deve a quem?



Caderno de Estudo 5

Economia verde. O que é feito em nome do meio ambiente e do clima?



Caderno de Estudo 6

Endividamento, histórico de lutas e propostas alternativas nos países da América Latina e do Caribe



Caderno de Estudo 7

Religião e política



Notas de fim

- 1 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/maioria-na-camara-se-declara-catolica-numero-de-evangelicos-cresce.ghtml> (acesso 20/4/2021)
- 2 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/subrepresentados-evangelicos-veem-espaco-para-crescimento-no-congresso.shtml> (acesso 20/4/2021)
- 3 <https://www.camara.leg.br/noticias/545897-bancada-feminina-na-camara-sobe-de-51-para-77-deputadas/> (acesso 20/4/2021)
- 4 <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=A%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20%C3%A9%20composta,51%2C8%25%20de%20mulheres> (acesso 20/4/2021)
- 5 <https://www.camara.leg.br/deputados/bancada-atual> (acesso 20/4/2021)
- 6 <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frenteDetalhe.asp?id=54010> (acesso 24/4/2021)
- 7 <http://religioepolitica.com.br/analises/> (acesso 20/4/2021)
- 8 <http://religioepolitica.com.br/analises/> (acesso 20/4/2021)
- 9 <https://oglobo.globo.com/brasil/no-congresso-so-178-dos-parlamentares-sao-negros-24091102> (acesso 20/4/2021)
- 10 CUNHA, Magali, <https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/religiao-e-politica-e-hora-de-superar-equivocos-e-desinformacao/> (acesso 26/4/2021)
- 11 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/11/27/maioria-na-camara-se-declara-catolica-numero-de-evangelicos-cresce.ghtml>
- 12 <https://exame.com/brasil/eleicoes-2020-aumenta-em-34-o-numero-de-candidatos-evangelicos/>
- 13 <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-perdao-de-dividas-das-igrejas-bancada-evangelica-mira-beneficios-tributarios-indicacao-ao-stf-24931820>
- 14 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54082892>
- 15 <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2016/10/30/eleicoes-dizer-que-religiao-e-politica-nao-se-discutem-e-sinal-de-covardia/>
- 16 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>
- 17 CNBB, <https://www.cnbb.org.br/cristaos-no-mundo-7-bilhoes-de-pessoa-dizem-professar-a-fe-crista-segundo-instituto-de-pesquisa-pew-research/> (acesso 26/4/2021)
- 18 ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 19ª Ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001, p.32
- 19 ANDRADE, Oswald, MANIFESTO ANTROPÓFAGO, <https://www.ufrgs.br/cdrom/oandrade/oandrade.pdf> (acesso 26/4/2021)
- 20 CARDOSO, Nancy, Com a Virgem Maria na Porta dos Fundos, <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2483/2338> (acesso 26/4/2021)
- 21 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/opinio/outro-golpe-56-anos-depois-da-marcha-com-deus/> (acesso 26/4/2021)
- 22 <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/opinio/outro-golpe-56-anos-depois-da-marcha-com-deus/> (acesso 26/4/2021)
- 23 BUTLER, Judith, Problemas de Gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
- 24 BIROLI, Flávia. A “Ideologia de gênero” e as ameaças à democracia, Blog Boitempo, <https://blogdaboitempo.com.br/2015/06/26/a-ideologia-de-genero-e-as-ameacas-a-democracia/> (acesso 22/4/2021)

- 25 DA SILVA, Luis Gustavo Teixeira, Religião e Política no Brasil, <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S166585741730008X> (26/4/2021)
- 26 VITAL, VICTOR, Religião e Política, https://br.boell.org/sites/default/files/publicacao_religiao_e_politica_chris_vital_e_paulo_victor_14mar_webfinal.pdf
- 27 CAMPOS, JORON, JUREMA: culto, religião e espaço público, <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/7624> (acesso 2/5/2021)
- 28 RODRIGUES, Michelle Gonçalves; CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. Caminhos da visibilidade: a ascensão do culto a jurema no campo religioso de Recife. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 47, p. 269-291, 2013, in: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912013000100008&lng=en&nrm=iso (acesso 27/4/2021)
- 29 NASCIMENTO, MARCO TROMBONI DE S. “O Tronco da Jurema” Ritual e etnicidade entre os povos indígenas do nordeste - o caso Kiriri, <http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1281990613O%20Tronco%20da%20Jurema.pdf> (acesso 2/5/2021)
- 30 CARDOSO, CARVALHAES, Jurema Afro-Indígena: O Máximo Divisor Comum da Religião Mínima Brasileira, *CrossCurrents The University of North Carolina Press Volume 67, Number 1, March 2017*, <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cros.12245?af=R> (acesso 26/4/2021)
- 31 VV.AA, Mulheres – indígenas da tradição, <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/03/livro-mulheres-indigenas-tradicao.pdf> (acesso 2/5/2021)
- 32 Insurgência islâmica na Revolta dos Malês (1835), <https://www.preparaenem.com/historia-do-brasil/insurgencia-islamica-na-revolta-dos-males-1835.htm> (acesso 27/4/2021)
- 33 GOMES, Ronaldo, A Erudição Islâmica na Bahia do Século XIX: O Islã como fundo ideológico do movimento malê, *Revista Tempos Acadêmicos*, <http://periodicos.unesc.net/historia/article/download/896/1034> (acesso 28/4/2021)
- 34 CAIRUS, José Antônio Teófilo. *Jihad, Cativo e Redenção: escravidão, resistência e irmandade, Sudão Central e Bahia (1835)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002
- 35 BARRETO, Quezia, O legado Malê e o povo baiano, Comissão Especial de Combate à Intolerância Religiosa da OAB-BA, janeiro de 2020, <https://oab-ba.org.br/noticia/o-legado-malee-o-povo-baiano> (acesso 28/4/2021)
- 36 REIS, João José, *Rebelião Escrava No Brasil: a História Do Levante Dos Malês Em 1835*, Cia das Letras, São Paulo, 2003, p. 283
- 37 MULTIRIO, As Revoltas do Período Regencial, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rev_males.html (acesso 28/4/2021)
- 38 BENITE, BENITE; SILVA; FAUSTINO, Dai-me agô (licença) para falar de saberes tradicionais de matriz africana no Ensino de Química, <https://www.scielo.br/pdf/qn/v42n5/0100-4042-qn-42-05-0570.pdf> (acesso 28/4/2021)
- 39 GEVEHR, Daniel, MEYRER, Marlise, Mas de que não é capaz uma mulher, quando sabe desenfrear as paixões dos homens, e até imprimir ao crime o selo da religião e da piedade? Gênero e narrativa na imigração alemã no Rio Grande do Sul, https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742019000100304 (acesso 29/4/2021)
- 40 Janaína Amado, *Conflito social no Brasil; a revolta dos “Mucker”, Rio Grande do Sul 1868 – 1898*, São Paulo, Símbolo, 1992.
- 41 www.e-net.com.br/historia
- 42 OTTEN, Alexandre, Só Deus é Grande, *PERSPECTIVA TEOLÓGICA*, v. 21 n. 53 (1989), <https://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1783> (acesso 26/4/2021)
- 43 FERNANDES, Bernardo Mançano, *Brasil: 500 anos de luta pela terra*, (https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2187014/mod_resource/content/0/1-%20brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf) (acesso 27/4/2021)

- 44 CUNHA, Euclides, Os sertões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987, <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000091.pdf> (acesso 26/4/2021)
- 45 BONETTI, Marco, Cangaço para todos os gostos: à antiga e à moderna, <http://www.tci.art.br/artigos/bonetti/cangaco-01.htm> (acesso 26/4/2021)
- 46 TV Cultura - Alô Escola - Euclides da Cunha_ Os Sertões, <https://xdocs.com.br/doc/tv-cultura-alo-escola-euclides-da-cunha-os-serto-es-w3nr75lr12oj> (acesso 29/4/2021)
- 47 GUIMARÃES, Alba Zaluar, Os movimentos “messiânicos” brasileiros: uma leitura, <http://anpocs.com/index.php/bib-en-2/bib-06/329-os-movimentos-messianicos-brasileiros-uma-leitura/file> (acesso 2/5/2021)
- 48 SANGLARD, Gisele. Filantropia e assistencialismo no Brasil. Disponível em: www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n3/19316.pdf (acesso 2/5/2021)
- 49 https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000100010 (acesso 2/5/21)
- 50 <http://pacs.org.br/noticia/entidades-lancam-campanha-para-combater-fundamentalismo-religioso/> (acesso 3/5/2021)
- 51 SANTOS, Marina Ghirotto, Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/SANTOS_SP20-Anais-do-II-Simp%C3%B3sio-Internacional-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina.pdf (acesso 29/4/2021)
- 52 <http://www.ggramsci.faced.ufc.br/wp-content/uploads/2017/06/CULTURA-E-HEGEMONIA-Um-ensaio-fundamentado-nas-reflex%C3%B5es-de-Gramsci-e-Thompson-.pdf> (acesso 29/4/2021)
- 53 <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/508900-a-fe-nao-e-uma-ideologia-e-o-marxismo-nao-e-uma-fe-entrevista-com-frei-betto-> (acesso 26/4/2021)
- <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/religiao-vem-de-releer-ou-religar/> (acesso 26/4/2021)
- <https://www.scientologyreligion.pt/religious-expertises/scientology-a-true-religion/the-concept-of-religion.html> (acesso 26/4/2021) http://arquivos.eadadm.ufsc.br/somente-leitura/EaDADM/UAB_2017_1/Modulo_1/Ciencia%20Politica/Material%20Complementar/O%20que%20%C3%A9%20pol%C3%ADtica%20Hannah%20Arendt.pdf (acesso 26/4/2021)
- 54 <https://www.dicio.com.br/religiao/> (acesso 26/4/2021)
- 55 <https://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/religiao-vem-de-releer-ou-religar/> (acesso 26/4/2021)
- 56 Urbano Alonso Galán <https://www.scientologyreligion.pt/religious-expertises/scientology-a-true-religion/> (acesso 26/4/2021)
- 57 ARENDT, Hanna, A Condição Humana, https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1130009/mod_resource/content/1/A%20condi%C3%A7%C3%A3o%20humana-%20Hannah%20Arendt.pdf (acesso 27/4/2021)
- 58 Constituição Federal, https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_5_.asp (acesso 2/5/2021)
- 59 Ibid., https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/art_19_.asp (acesso 2/5/2021)
- 60 GANEM, Cássia, <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-estado-laico-e-direitos-fundamentais/view> (acesso 2/5/2021)
- 61 NOBLAT, A barbárie do extremismo, <https://veja.abril.com.br/blog/noblat/a-barbarie-do-extremismo-religioso-contra-a-crianca-estuprada/>(acesso 2/5/2021)
- 62 MARIANO, Ricardo, Laicidade à brasileira - Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública, <https://www2.ufjf.br/ppcir//files/2013/10/texto-1.pdf> (acesso 30/4/2021)
- 63 Pastor Silas Malafaia fala, em vídeo, por que não votará em Marina, EXTRA (áudio) <https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/pastor-silas-malafaia-fala-em-video-por-que-nao-votara-em-marina-363363.html> (acesso 2/5/2021)
- 64 Marina Silva rebate declarações de Silas Malafaia, INFONET, <https://infonet.com.br/blogs/a-forca-dos-evangelicos-nas-eleicoes-2010/> (acesso 2/5/2021)



-  facebook/redejubileusul
-  instagram/jubileusul
-  twitter/JubileuSul
-  Jubileu Sul Brasil JS/BR

jubileusul.org.br

